



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL SOBRE O ORÇAMENTO PARA 2012

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Roberto Tripoli, membro da douta Comissão de Finanças e Orçamento e Líder do Governo na Casa.

Damos início à audiência pública do Orçamento do Município, para o ano de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida na internet pelo portal da Câmara:

www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-line.

Com a presença do relator do Orçamento o Vereador Milton Leite, do Secretário de Planejamento Rubens Chammas e toda sua assessoria, chefe de gabinete de Finanças, sociedade civil, por meio da qual cumprimento o Fábio.

Passo a palavra ao relator Vereador Milton Leite e, em seguida, as autoridades presentes.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, Sr. Secretário, gostaria de fazer algumas considerações sobre o Orçamento, antes de entrar no debate do Secretário e ouvir a sociedade como um todo.

Quem desejar formular questões, deve inscrever-se na secretaria.

Peço o Secretário que faça uma breve explanação, para em seguida prosseguir com o debate. Abriremos 15 minutos para que o senhor possa fazer a sua explanação.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Boa tarde a todos, agradeço aos Vereadores Roberto Tripoli e Milton Leite, da Comissão de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal de São Paulo.

Faremos uma apresentação simples, bem resumida, para depois abrir a palavra aos Vereadores e aos representantes da sociedade.

É uma breve cronologia, na verdade a discussão da Peça Orçamentária não começa agora, mas no mês de abril, como prega a regulamentação, em 15 de abril entregamos

a esta Casa um projeto de lei, com a Lei de Diretrizes Orçamentária, encabeçado pela Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Finanças.

Foi aprovado nesta Casa no início de julho, redundando na Lei 15.415/11. Na sequência, com a aprovação do Projeto de Lei da LDO, publicamos uma Portaria intersecretarial, também das referidas Secretarias, para dar as orientações iniciais para a elaboração da Peça Orçamentária.

São montados os grupos de planejamento em cada secretaria e em cada unidade orçamentária. Fizemos duas grandes reuniões, como fazemos todos os anos, com mais de 200 técnicos para dar as orientações gerais, as condições necessárias para a implantação e alimentação do sistema de execução orçamentária, para a proposta de 2012.

Estabelecemos uma dada em que as unidades orçamentárias tinham como limite para entregar as suas propostas, que foi o dia 20 de agosto. Feito isso, começa um trabalho basicamente interativo entre a Secretaria de Planejamento e a de Finanças.

Lembro que a Peça Orçamentária estima receita e fixa despesas, portanto um trabalho interativo, com uma previsão inicial de receita dada pela Secretaria de Finanças à de Planejamento que, com as demandas vindas das outras secretarias, começa a fazer seus ajustes para a proposta orçamentária.

Isso foi feito ao longo de dois meses e meio, final de julho, agosto e setembro, com várias reuniões com os técnicos, entre as áreas fins das secretarias, com as Secretarias de Coordenação, Finanças, Governo e Planejamento. Na data de 30 de setembro, como reza o Regimento, entregamos a proposta orçamentária que está na Casa para discussão.

Quero de antemão parabenizar a Comissão de Finanças e Orçamento pela sequência de audiências públicas que estabeleceu para este ano. Esclarecendo, são cinco audiências locais, já ocorreram duas uma na zona Leste e outra na Sul. Em seguida, acontecerão as outras locais, as gerais, esta é uma delas e a última terminando em 12 de dezembro e, no meio tempo, as audiências temáticas com todas as secretarias. Creio que

houve um equilíbrio em mesclar as audiências temáticas com as locais.

Dou ênfase a esse item porque aqui sim é feita a discussão. O que o Poder Executivo encaminhou a esta Casa é uma proposta, a mais elaborada e consensual que sofrerá análises, debates, críticas e ser aperfeiçoada até quando for possível, para que possamos, até o final do ano, ter a melhor proposta orçamentária para o ano de 2012, realizarmos a sua execução.

Daremos alguns dados, permiti entrar num assunto da Secretaria de Finanças, o Secretário Adjunto está presente, também poderá dar esclarecimentos. São dois *slides* muito simples sobre como compõe a receita, onde vemos todas as fontes de receita. Passarei rapidamente.

Não podemos esquecer, é claro que o Orçamento, como todos verão, tem o número de R\$38.042.598.114,00, mas o mais importante será sabermos a sua origem. Essa é a despesa fixada, mas não podemos analisa-lo de uma forma global, mas de forma fatiada.

O Orçamento é composto do orçamento vindo da receita do Tesouro, que são receitas próprias do Município e de outras fontes, que são as transferências estaduais, as federais, os recursos dos fundos, que são fontes do Tesouro, mas têm vínculo, deve ser analisado de forma apartada e o Fundeb, que é uma fonte específica para a Educação.

É algo natural nos equivoquemos em fazer essa análise de forma global. O Orçamento da Prefeitura é de 38 bi, sim. A proposta encaminhada é de 38 bilhões, mas a análise mais detalhada tem de ser feita na abertura por fontes, que vamos amostrar agora.

- Orador passa a referir-se à imagem de projeção.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Este é um quadro muito importante, no qual separamos os cinco grandes itens da proposta orçamentária. É claro que poderíamos dividir o Orçamento por função, por secretaria, como é dividido, mas essa agregação é muito estratégica, porque damos os cinco grandes grupos.

O primeiro grupo de Pessoal, é o gasto direto com o pessoal da Prefeitura. Vemos

que o previsto, para o ano de 2012, é o montante de 9.807 bilhões.

O segundo grupo, que vem atrelado ao do Pessoal, é o gasto com auxílios: Vale Transporte, Vale Refeição, Auxílio Alimentação, perfazendo um total de um pouco menos de 716 milhões de reais.

Vemos que nesses dois primeiros grupos o montante é de 10,5 bilhões. É claro que depois poderei discorrer um pouco mais sobre o que compõem esse gasto de pessoal e quais são os eventos previstos para este ano.

Se os Vereadores permitirem, vou deixar para discussão mais detalhada na sequência. Um terceiro grupo é o das operações especiais. É um grupo importante onde está contemplada a dívida que temos com a União e os gastos com precatórios. Vimos, para a surpresa de alguns que não estão acostumados com este montante, que 4,7 bilhões de um Orçamento de 38 bilhões está previsto para ser destinado com dívida e precatórios. Lembrando que eles compõem 2,55% da receita com a dívida. Daí vem os dois grupos finais que são o dia a dia da Prefeitura, que é o grupo de atividades: é o custeio da Prefeitura, da máquina, são as contratações, a manutenção da cidade, zeladoria, gastos com limpeza urbana, com os contratos. Estamos falando em algo em torno de 18 bilhões, lembrando que neste grande item também estão inseridos os gastos com aposentadoria. Algo em torno de 3 bilhões e 200 milhões. Estamos falando em 15 bilhões, mais 3 bilhões e 200 milhões em aposentadorias. Perfazendo 18 bilhões e 200 milhões no grupo atividades.

O último é o que denominamos projetos, que é o investimento propriamente dito. Estamos falando em algo em torno de 4 bilhões e 600 milhões. Este quadro é o mesmo daquele só que não aberto por aqueles grandes grupos, mas aberto pela fonte e claro que cada fonte tem de estar casada. A informação que a Secretaria dá é que a arrecadação na fonte Tesouro com os tributos municipais tem de ser compatível com o gasto do Tesouro. A fonte Tesouro está sendo contemplada com 25,8 bilhões, a fonte que chamamos de 01 são as operações de crédito, basicamente, é o empréstimo com o BID, 109 milhões; transferências

federais, 2.9 bilhões; transferências estaduais 1.1 bilhão; Fundeb, que é fonte 04, quase 3 bilhões.

Outras fontes basicamente são as operações urbanas, um pouco mais de 940 milhões, recursos próprios de administração são as autarquias, algo em torno de 2.3 bilhões. Os recursos vinculados que são basicamente os fundos, 1.7 bilhão e a última fonte que são recursos próprios de empresas dependentes da Prefeitura, que é a Cohab, que são quase 28 milhões.

Nós demos só uma abertura, na penúltima linha de projetos, esses 4 bilhões e 600 milhões... essa é a abertura fonte por fonte e nos grandes grupos. Na verdade este quadro é o mesmo dos anteriores, só que cada um mostrando um item. Vou dar um exemplo, na fonte 02 são as transferências federais e temos previsto 2 bilhões e 200 milhões para atividades, basicamente da área de saúde; 44 milhões para pessoal e 641 milhões para projetos. Aqui temos projetos para a área de saúde, mas também tem na área de habitação e na área de drenagem, são recursos vindos do PAC.

Na fonte 03 são recursos vindos de transferências estaduais: 93 milhões previstos para atividades e 1 bilhão para projetos, basicamente, também para a área de saneamento, habitação e infraestrutura, e assim por diante. Na verdade, estas três tabelas são as mesmas só que cada uma com uma amostra específica. Fizemos aqui só uma abertura deste último item que é a fonte 08, esse total de 1 bilhão e 700 milhões. Então, fizemos uma abertura para percorrer um pouco mais detalhadamente e dizer onde estão previstos os investimentos na fonte vinculada ao tesouro.

O que é a fonte vinculada do Tesouro? A arrecadação municipal é composta de vários tributos, além disso, existem algumas arrecadações que são vinculadas, ou seja, são perfeitamente encaixadas, direcionadas especificamente para alguns fundos que possuem uma legislação própria e uma arrecadação própria, portanto, um gasto próprio, só pode gastar em determinadas ações e realizações aprovadas por seus conselhos gestores. Eu daria alguns

destaques: o Fundo da Habitação; Câmara Municipal e Tribunal de Contas têm seus fundos também; o Fundo da Saúde; Fundo de Saneamento, que foi recentemente criado com o convênio com a Sabesp; o Fundo Municipal de Trânsito; Fundurb e o Fundo de Iluminação Pública, que também é um fundo importante, cuja receita vem da Cosipe. Cada um destes fundos possui uma legislação própria, legislação tanto na sua receita, como também na sua despesa. Sua despesa é controlada pelos conselhos gestores, então, esta é a previsão de arrecadação dos fundos para o ano de 2012.

Não estão inseridos nesta peça orçamentária possíveis saldos financeiros destes fundos ou de outros. Por exemplo, das operações urbanas que poderão ser utilizados o ano que vem. Esses saldos só serão apurados no final deste exercício, essa é uma peça, no caso dos fundos especificamente, que está prevista arrecadação para o exercício de 2012.

Na verdade, é uma leitura um pouco diferente, que não é por Secretaria, mas por função. Eu diria que é a leitura mais nobre da peça orçamentária que no dia a dia a gente pouco utiliza, mas é importante resgatarmos isso. Claro que a peça orçamentária é encaminhada com as despesas por unidade orçamentária, mas a despesa por função dá uma noção muito clara do que se está se propondo.

Por exemplo, a função drenagem que está espalhada em mais de quatro Secretarias. Existem ações na Secretaria de infraestrutura urbana, na Secretaria de Habitação, na Secretaria de Subprefeituras, na própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente, então, é uma função que está contemplada em várias Secretarias e que, se fizermos uma análise, particularmente, de cada Secretaria, pode não ter esta visão conjunta.

É uma amostra do gráfico por função o que está sendo proposto. Aqui a mesma análise, só que para grandes grupos, despesas correntes, investimentos, amortizações de dívidas, pessoal e encargos e juros e encargos da dívida. Esta é uma amostra muito rápida, eu não quis entrar em detalhes para deixar o tempo disponível para as questões dos Vereadores e do público também.

O SR. MILTON LEITE – Vamos começar tirando umas dúvidas em relação ao exercício de 2011 para depois falar de 2012. V.Sa. fez uma transferência recente da Operação Urbana Água Espreada que nós votamos e o saldo baixou. Foram destinados em torno de 300 milhões para desapropriação e em torno de 300 milhões para habitação. Eu queria entender esta operação, o que houve neste exercício, restando para operação urbana na Roberto Marinho apenas 70 milhões para execução da obra. São 300 milhões para habitação e 360, se não me engano, para a desapropriação.

Temos tudo isso contratado e desapropriações para serem pagas, Secretário? Porque o senhor transferiu já do... Baixou, tanto que não consta mais no setor de pagamentos. Queria entender primeiro o que houve com esse dinheiro, essa modificação. Por que houve essa transferência de recursos dessa monta? É muito significativo.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Acho que esse ponto que o Vereador levantou é muito importante. Até o ano retrasado os recursos das operações urbanas estavam em contas específicas da empresa que faz o gerenciamento das operações urbanas que era Emurb, atualmente denominada São Paulo Urbanismo. De uma forma acertada e até para darmos mais transparência à execução das operações urbanas, a orientação do Prefeito é de que a partir do ano passado, 2010-2011, transferíssemos recursos das operações urbanas para a Conta Tesouro. A gestão dos recursos permanece estritamente com a SP Urbanismo, ou seja, a partir de então os recursos das operações urbanas passaram a circular por dentro do orçamento. Então, antes era uma receita extra orçamentária e uma despesa extra orçamentária. Passaram a ser agora despesas e receitas orçamentárias. Esses recursos estão em contas do Tesouro e não mais da empresa e na peça orçamentária temos hoje quatro Secretarias que têm, não vou dizer direito, mas tem proposta de gastos com recursos da operação urbana: a Secretaria da Habitação, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e – desculpa, três - a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Adaptação por conta das obras de habitação nas operações urbanas, tanto na Água Espreada quanto na Faria Lima quanto na

Água Branca; a de Infraestrutura Urbana nas obras nas obras propriamente ditas e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano na contratação de projetos e planos.

Recentemente, com a aprovação do projeto de lei aqui nesta Casa sobre o novo desenho do perímetro e da lei de melhoramentos viários da Operação Urbana Água Espreada foi dado o *start* a um processo que já estava em andamento na Siurb, mas foi dada a Ordem de Serviço para o início das desapropriações e, conseqüentemente, o início das obras, se Deus quiser, no começo do ano que vem. A Secretaria de Infraestrutura Urbana solicitou ao gestor da operação urbana um montante de recursos para as desapropriações que já estavam em curso com suas plantas proprietárias, avaliações e a Secretaria da Habitação solicitou outro montante também para obras em curso. Queria destacar na Operação Urbana Faria Lima a obra da habitação da Favela Real Parque já na sua fase quase final tendo uma perspectiva de até o meio do ano que vem ter terminado. Na Operação Urbana Água Espreada, o destaque é...

O SR. MILTON LEITE – A propósito, Secretário, só um parênteses, qual é a previsão de custo para a obra do Real Parque? Quanto nós vamos gastar na obra do Real Parque? Está destinado à Operação Urbana para o empreendimento habitacional da...

R – Da obra de habitação? Então, o gasto deste ano e o do ano que vem deverá ser algo em torno de 130 milhões de reais.

P – O deste ano quanto?

R – Eu não tenho separado só o deste ano, mas é algo em torno de 80 milhões.

P – Baixou da conta?

R – Já está.

P – Baixou inclusive a do ano que vem?

R – Não, não. Do ano que vem não.

P – Eu não entendi, então, onde é que foram os 300 milhões para a habitação que o senhor... Foram 300, 360. Duas modificações que fizeram. Não ficou claro para mim e parece

que para os presentes onde foi o dinheiro, para onde está destinado. Desapropriação, já temos isso ou foi só solicitação? O senhor já deu baixa?

R – Não. É só solicitação. Isso foi a transferência de unidade orçamentária. Está agora na Sehab e na Siurb para sua execução, mas não foi executado ainda.

P – Então, ele não aparece mais no caixa para investimento e aplicação financeira? Ele abaixa o saldo de caixa, na outra ponta?

R – Não necessariamente abaixa. Essa informação não tem que ele abaixou. Ele continua no saldo de caixa.

P – Eu sei, mas as aplicações financeiras ele baixa também?

R – Sim, sim. Porque isso já está comprometido.

P – Entendi, Secretário.

R – Agora, o montante de desapropriações na Água Espriada é algo em torno de 250 milhões. São desapropriações prévias ao início de execução da obra já licitada do túnel e da Via Parque e das Habitações Sociais.

P – Ficou claro já. Baixou nas duas pontas. Entendi, Secretário. O senhor quando falou dos recursos das operações urbanas, o senhor previu aqui operações urbanas novos recursos, 945 milhões. O senhor está considerando os projetos de operações urbanas sendo aprovados, ou dentro das cinco operações urbanas que esta Casa deve apreciar, ou quais são as operações urbanas que o senhor fala que nós teremos 945 milhões novos, ou nesses 945 milhões estão considerados saldos que vamos arrestar do ano seguinte? De onde vem os 945 milhões? Qual a composição deles? O senhor disse 945 milhões. Eu não estou discutindo, só querendo saber de onde eles vêm, a formação dele, a composição dele.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Hoje, só para colocar a informação para todos, nós temos cinco operações urbanas em andamento na cidade: Operação Urbana Consorciada Água Espriada, Operação Urbana Faria Lima, Operação Urbana Água Branca, Operação Urbana Centro e Operação Urbana Rio Verde-Jacu. Vou começar pela última, que ainda não

está ainda em operação. A Secretaria de Desenvolvimento Urbana está contratando o EIA-Rima, que é condição necessária para que ela entre em operação. Então estamos falando de quatro operações urbanas. As quatro operações urbanas, o que está previsto na peça orçamentária é a previsão de receitas para o ano de 2012. Não estão sendo contemplados possíveis saldos financeiros dos caixas dessas quatro operações urbanas.

O SR. MILTON LEITE – Ou seja, nós teremos um saldo, provavelmente vamos gastar em dois meses cerca de 700 milhões, essas duas desapropriações e habitação. Não vejo como construir e pagar 360 milhões em dois meses, não vejo como pagar, então teremos mais esse dinheiro. Provavelmente teremos mais dinheiro. É isso, Secretário?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Sim, sim. Isso.

O SR. MILTON LEITE – Só nessa rubrica, se confirmados os 945, mais, por volta de 600 milhões de operações urbanas diversas. É esse o raciocínio?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Lembrando que os 945... De onde é essa previsão de receitas? Na Operação Urbana Centro e na Operação Urbana Água Branca ainda temos o modelo antigo de arrecadação, não é o título CEPAC, é com o pagamento de outorga onerosa especialmente para o pagamento do fundo da operação urbana. Nas outras duas, Água Espraiada e Faria Lima é através da emissão de títulos CEPACs. Então a Prefeitura colocando os títulos no mercado tem uma previsão de arrecadação disso. Somados a um saldo financeiro, que será apurado no final do exercício, descontado o que já for apropriado nos últimos dois meses e meio do ano, nós teremos esse montante para serem aplicados no ano que vem na operação urbana.

O SR. MILTON LEITE – O Executivo tem intenção de mandar novas operações urbanas a esta Casa para execução no final deste ano e no ano seguinte, Sr. Secretário?

O SR. RUBENS CHAMMAS – A Secretaria de Desenvolvimento Urbano está estudando duas novas operações urbanas, uma denominada Lapa-Brás e outra Mooca-Vila Carioca. São duas operações urbanas que estão com seus contratos, as licitações de projetos

em andamento, deveremos ter empresas iniciando seus projetos no começo do ano que vem, mas acho muito difícil termos a formatação da operação urbana ao longo do ano que vem. Mesmo que o Executivo consiga remeter a esta Casa os projetos de lei estruturando as operações urbanas no ano que vem, dificilmente elas estarão em operação, porque não só a discussão será feita aqui, no âmbito do Legislativo, como depois teremos que ter todas as tramitações junto com a CVM, lembrando que a operação urbana coloca um título no mercado para arrecadação. Então essa é uma operação que tem que ser aprovada junto à CVM, por isso dificilmente teremos condições de ter ingressos de recursos das novas operações urbanas, mesmo que elas sejam aprovadas no ano que vem nesta Casa.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, no Fundo Sabesp, muito bem defendido por mim nesta Casa para que fosse aprovado e retirado da Sabesp os recursos aplicados na cidade, o senhor previu 300 milhões. Eu indago de V.Sa., quanto foi arrecadado até o presente momento do Fundo Sabesp neste ano. Quais as referências que foram pagas? Quais as parcelas já liquidadas pela Sabesp no exercício de 2011, os valores liquidados até 2011, porque acho que 300 milhões está subestimado, Sr. Secretário. Observado melhor o balanço da Sabesp, que ela coloca no mercado, porque ela tem ações na bolsa, me parece, pela conta de 7,5 dá um pouco mais de valor e está um contra-senso. Observado em função do balanço e da arrecadação, o que eles tem colocado em função das ações, está subestimado, Sr. Secretário. Parece-me que há um valor diferencial um pouco a maior. Eu entendo que o fundo está um pouco menor do que deveria ser para 2012. Sei que as pessoas não vão gastar mais água, vai diminuir a continha aqui da Cidade de São Paulo. Mas o balanço da Sabesp, se observarmos o gráfico do comportamento dele, vem subindo e tem uma arrecadação que comporta. Estima-se, sete e meio, mas maior valor, do que o senhor apresentou aqui na Peça Orçamentária.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Apenas para prestar um esclarecimento, primeiro com o contrato com a Sabesp ficou acordado que sete e meio por cento da receita da Sabesp

no Município de São Paulo, destinado a esse fundo. Para o ano de 2011, devemos estar com uma projeção de 320. São parcelas pagas trimestralmente, da ordem de 78 milhões. A última parcela trimestral deverá ser creditada agora no mês de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já teremos em 2011, 320. O senhor colocou 300...

O SR. RUBENS CHAMMAS - Vou esclarecer. Não é 300. Esse é 2011...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aqui em 2012, a previsão o senhor lançou 300.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não. 300 é outro assunto que vou falar na sequência. Para 2012, temos duas indicações do funcionamento: uma na fonte 03, que é uma transferência estadual de 306 milhões de previsão e a outra uma previsão na fonte 08, outras fontes vinculadas de 300 milhões, de uma possível antecipação de recursos dos recebíveis da Sabesp.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Entendi Secretário. Mas são duas questões: o aro que o senhor vai fazer na Sabesp é uma história esse é o valor. Antecipando o exercício estaríamos falando de 2013.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Esses são os 300 milhões. A arrecadação prevista para o exercício, 306 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A esses 300 que o senhor se refere aqui é o aro?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Antecipação da receita da Sabesp?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aro Sabesp. E o previsto para o orçamento?

O SR. RUBENS CHAMMAS – 306.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas é menor do que 320 que o senhor já

arrecado em 2011? A previsão é de 320...

O SR. RUBENS CHAMMAS – Mas a previsão de 306 é bem conservadora que é algo em torno 77milhões a cada trimestre que estamos recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O controle deve haver algum equívoco. Se o senhor pegar o balanço que é disponibilizado na Sabesp, do comportamento da arrecadação dele sete e meio dá mais que isso. Deve chegar, na minha opinião, por volta dos 380. Tem algo que não está sendo fiscalizado. Nos meus cálculos dá uma conta de 380. O senhor está falando em 306. São 74 milhões de diferença. Ou a Sabesp não está pagando a conta. Precisava observar bem balanço, o comportamento dele. É uma SA. Vamos ver os valores deles.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Na verdade essa preocupação do Vereador é uma preocupação nossa também. O conselho gestor do fundo de saneamento já orientou. Já tivemos três cenas ordinárias esse ano. Já orientou a Secretaria Executiva do funcionamento, fizesse gestões junto a Sabesp. É uma novidade esse fundo para nós...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para pagar o que deve?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Para pagar o que deve e para fazermos, a questão não é auditoria, mas fazer uma checagem quase que on line do balanço que é recebido da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que recebe da Prefeitura do Município de São Paulo, o que ele recebe da Prefeitura do Município de São Paulo, é o que ele recebe na Cidade de São Paulo. A impressão que temos é o seguinte: essa casa aprovou, arrumou um recurso maravilhoso para a cidade. Agora em outras palavras, jargão popular, sendo chutado pela Sabesp, na conta. A impressão que tenho é essa. Estamos sendo chutado. O dinheiro é do contribuinte da cidade de São Paulo. Dinheiro do povo. Ele faz falta para investimento. É um dinheiro significativo que precisa ser observado. Enfim se quiser o fundo de gestor já está acolhendo, está acompanhando muito bem. Vamos prosseguir.

Na Peça Orçamentária de 2011 o senhor enviou para essa Casa, 19 – a previsão pelo menos para essa Casa – visou para o orçamento de 2011, na fonte zero, zero, ou seja, TBI, IPTU, ISS, ISMS, o senhor enviou cerca de 18,37 bilhões reais até outubro. A Câmara Municipal de São Paulo elevou isso para 19,42. Não considerava que as transferências. O que a Câmara Municipal de São Paulo fez? Até para que possamos falar em nível de acerto ou erro. Aquilo que a Câmara Municipal de São Paulo mudou, se errou ou acertou. Por que estou fazendo isso? Porque no ano passado eu mexi no orçamento e elevei o orçamento, não elevei a receita de transferências. O que são as receitas de transferências? São os convênios a que o senhor se refere. Pela nossa previsão aqui, até outubro de 2011 nós devemos arrecadar 19 bilhões e 430 milhões, ou seja, a Câmara acertou em 100% a sua previsão na mutação que fez no orçamento de 2011. O que está gerando problemas são de IPVA, Fundep, SUS, FPMs e demais receitas que temos. Por exemplo, uma receita, Secretário, que preocupa a todos são as receitas para área de riscos geológicos. Esta Casa distribuiu, e consultado o Governo quando confeccionou as peça, o senhor enviou para esta Casa recursos para fonte 11.93, área de recursos geológicos, um valor de 110 milhões de reais. O que aconteceu nessa receita foi o seguinte, dos quais 80 milhões eram transferências federais. O que houve com esse convênio especificamente, que foi algo que chamou a atenção, nós não tivemos nenhum centavo desse dinheiro de transferências federais. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco, especificamente dessa receita porque estamos chegando no período de enchentes e da receita municipal, da fonte 00, do Tesouro, os valores orçados o senhor obviamente está cumprindo, está tem próximo do cumprimento. Agora, dos 110, 80 não entrou nem um real aqui. O que houve com esse convênio, Sr. Secretário, especificamente nessa área, que é uma área sensível a esta Casa e à sociedade. Por que estou falando isso? Porque ela se repete para 2012. Na medida que ela se repete e em 2011 não cumpriu, eu vou colocar para socorrer as pessoas que vão ficar em área de risco e podem morrer soterradas, o dinheiro que não vai acontecer me assusta. Nós temos que estudar alguma coisa para resolver esse problema.

Gostaria que o senhor falasse um pouquinho dessa receita, porque esta Casa seguramente, dentro das subprefeituras, das regiões mais carentes, das áreas de risco geológico da cidade, os senhores Vereadores vão me cobrar: “Sr. Relator, a proposta...”

Faço um parêntese para registrar a presença dos Srs. Vereadores Cláudio Prado, Jamil Murad, Donato, membro da Comissão de Finanças, Gilson Barreto, Floriano Pesaro. São os Vereadores que estão visualizando. Aqueles que desejarem fazer uso da Mesa estão convidados.

Secretário, eu gostaria que o senhor falasse dessa receita específica, porque chama atenção e será objeto de debate seguramente acalorado nesta Casa.

O SR. RUBENS CHAMMAS – A questão que o Vereador Milton Leite levantou é de fundamental importância. Para a peça orçamentária de 2011 estavam previstos 30 milhões de recursos da fonte Tesouro e 80 milhões de recursos de transferências federais. Até a presente data devemos ter uma execução orçamentária da fonte Tesouro de algo em torno de quase 70 milhões, ou seja, além dos 30 previstos inicialmente, o Tesouro remanejou...

O SR. MILTON LEITE – São 61.356, precisamente, Secretário.

O SR. RUBENS CHAMMAS – É que isso deve ser liquidado, mas a gente tem reservado um pouco mais do que isso. Então temos algo em torno de 70 milhões. Agora, o que aconteceu com os recursos da fonte Federal? Ele não está parado. Nós aderimos ao programa PAC-2, esse programa tinha várias linhas de frente, uma delas era contenção de encostas. Então no mês de julho do ano passado o Governo Federal abriu essa linha, nós fizemos nossas propostas num montante de 80 milhões. Tivemos todas elas aprovadas, tenho aqui a relação das intervenções que serão feitas. Como todos sabem, os recursos federais, esse, no caso, não tem contrapartida, são recursos financiados 100% com recursos da União. Ele sofre primeiro essa pré-aprovação, aí temos que fazer o encaminhamento à Caixa, que é a organizadora.

O SR. MILTON LEITE – Estamos praticamente em novembro e isso é para o final

do início desse ano. A nossa preocupação é a seguinte... O que o senhor está dizendo é o seguinte: aportei recursos previstos originariamente de 30 milhões e o senhor elevou para 70. Já executou 61. Ou seja, na prática, estamos gastando 70 milhões, quando eram previstos, originariamente, 30. Esses 40 milhões o senhor fará compensação ou vai aditar ao final? Como ficará esse recurso, se chegar do Governo Federal? E se não chegar? Vamos investir menos que o previsto?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não. O do Governo Federal vai chegar.

P – Quando?

R – Provavelmente não vai chegar neste ano.

P – Quando?

R – Uma parte já será para este ano. Tenho até a lista. Se V.Exa. me permite, vou listar as intervenções no Parque das Flores, Vila Nova Galvão, Fazenda da Juta, Núcleo João Canuto, Favela D'Andorinha dos Beirais, Favela Três Marias, Favela São Leandro e Favela Santa Madalena I estão contemplados com algo em torno de 80 milhões; projetos recentemente aprovados pela Caixa; projetos em fase final de tramitação. Provavelmente, alguns recursos – e isso foge um pouco de nossa governabilidade – vindo ainda neste ano e, provavelmente, o montante – quase a totalidade – vindo para o ano que vem.

Então, na peça orçamentária do ano que vem, repetimos a proposta deste ano – 30 milhões de recursos/Tesouro e 80 milhões de recursos federais que deverão ser contemplados com o PAC II.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, abrirei a palavra ao companheiro Donato. Em seguida, vou abrir para as pessoas inscritas e, logo após, retomarei para o encerramento da fala.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Muito obrigado, nobre Vereador Milton Leite.

Boa tarde a todos. A primeira pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: qual a

previsão de fechamento da arrecadação, neste ano, da Secretaria de Planejamento?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Boa tarde, nobre Vereador Donato. Queria aproveitar a presença do Secretário-Adjunto de Finanças, George Tormin. As informações de receitas são consolidadas pela Secretaria de Finanças, que nos informa. Então, o Secretário George Tormin é a pessoa mais abalizada para dar essa informação. Se V.Exa. permite.

O SR. DONATO – Tendo a informação correta.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – George Tormin, Secretário-Adjunto de Finanças.

Boa tarde, Sr. Vereador Relator do Orçamento do Município de São Paulo, Milton Leite, Vereador Donato, senhoras e senhores.

Com relação à receita projetada para este exercício de 2011, como bem disse o nobre Vereador Milton Leite, houve uma ampliação. Na proposta orçamentária de 2011, esta Casa estimou uma receita até superior à originalmente encaminhada pelo Executivo. Em função de algumas medidas adotadas pela Secretaria de Finanças e também em função do cenário macroeconômico do país, está sendo possível alcançarmos as metas, os números previstos no orçamento de 2011, e essa é a nossa expectativa.

Então, respondendo objetivamente a pergunta, a receita projetada para o ano de 2011 aproxima-se aos 32 bilhões de reais, mais precisamente 31.974, com os números que temos até o mês de setembro deste ano e com a receita estimada para o último trimestre de 2011. Isso é comparativamente com a proposta orçamentária que está sendo apresentada para 2012, a expectativa é de que haja uma ampliação de 19% na receita arrecadada para o próximo exercício.

O SR. DONATO – Bom, dito isso, 19%, gostaria que justificasse porque vai crescer tanto a arrecadação de um ano para o outro. Gostaria de entender onde se baseia esse crescimento.

O SR. MILTON LEITE – Só para aditar a pergunta do nobre Vereador Donato.

Quando o senhor respondeu que estamos cumprindo..., as fontes que a Câmara mexeu não houve diferenças.

O orçamento originário era de 35 bilhões. O senhor está falando em 32, redondo.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Isso.

O SR. MILTON LEITE – Essa diferença onde se deu? Por que ela ocorreu a menor e novamente o senhor está elevando ela? E o que o senhor majorou? Para que o Presidente possa entender, na fonte 00 o que o senhor majorou?

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Aqui houve uma frustração bastante significativa, nas Receitas de Operações Urbanas, que havia uma expectativa de arrecadação de um bilhão e 200 e que não..., pelos números até agora apresentados, não conseguiremos atingir esse número.

Também havia, foi projetada, no orçamento, a alienação de bens imóveis no montante de quase 700 milhões de reais que, até o presente momento, não foi possível alcançar esse número. Os números são bastante modestos até o presente momento, embora haja ações para que possamos atingir – ainda neste exercício – números mais significativos.

Há, também, transferências do PAC, como dito já pelo Secretário de Planejamento. Havia uma previsão original de quase 800 milhões de reais de recursos do Governo Federal para o PAC e recebemos algo em torno de 170 milhões de reais.

Então, as receitas próprias do Município, até ultrapassamos. Se considerarmos o ISS, o ICMS, o IPTU, havia, no orçamento de 2011, uma previsão de 22 e 700 e a nossa receita projetada para 2011 é de 23 e 60. Então, há, aqui, até uma ampliação – algo em torno de 300 milhões, 400 milhões de reais nas receitas próprias arrecadadas pela Prefeitura.

Portanto, a maior parte da receita de 2011 advém, basicamente, de transferências federais e, também, de receitas específicas, no caso de alienação de bens imóveis e de operações urbanas.

O SR. DONATO – O senhor explicou porque não atingimos a meta no ano

passado, ainda que as receitas correntes tenham atingido a meta.

Para o ano que vem, o que autoriza a sermos tão otimistas, se houve uma dificuldade real de venda de terrenos? Aprovamos aqui, com nosso voto contrário, mais a venda de vários terrenos. Mas, até onde foi divulgado, esses terrenos serão trocados por creches. Não serão incorporados no Tesouro Municipal, no orçamento, se eles conseguirem ser leiloados. Só para dar um número, por volta de 700 milhões era para o ano passado. Para este ano, não sei qual a previsão de alienação de imóveis.

Enfim, onde crescerá a receita para chegar em 38 bilhões?

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem, basicamente, a nossa expectativa... Recentemente foi lançado o Programa de Parcelamento Incentivado, aprovado por esta Casa. É um projeto que, em sua quarta edição, apresentou resultados bastante significativos. Em termos de adesão, até este presente momento, já temos cerca de 2 bilhões de reais de adesões, de recursos que entrarão no caixa do Governo para os próximos anos. Somente para este ano, temos a expectativa de entrada de cerca de 500 milhões de reais, tanto para pagamento a vista, quanto para parcelas vincendas até o mês de dezembro deste ano, e isso se junta para os próximos exercícios, em especial para o ano que vem, com as parcelas oriundas dos parcelamentos anteriores. Então o PPI, no caso específico da fonte (ininteligível), ele tem um significado importante.

Há também três novas operações que estamos estruturando e, caso todas tenham sucesso, temos expectativa de algo em torno de um bilhão de reais. São elas: alienação dos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado, a exemplo de uma operação similar levada a cabo pelo Governo do Estado de São Paulo, que seria a contratação de um agente financeiro para estruturar a emissão de debêntures e captação de recursos. Uma outra, já citada aqui pelo Vereador Milton Leite, que seria a antecipação de recebíveis do Fundo Municipal de Saneamento da ordem de 300 milhões de reais. Não chega a ser, como disse o Vereador Milton Leite, uma ARO. Não é bem isso, mas é uma antecipação de recebíveis.

O SR. DONATO – Pela oportunidade, Secretário. Existe parecer da CGM autorizando?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Já, já existe. Até tiver oportunidade, hoje pela manhã, de conversar com o Procurador Geral do Município e a informação... Eu já havia conversado com ele e não há problemas. É uma operação que pode ser feita. Lá no Estado de São Paulo foi feita recentemente, no ano passado, com recebíveis do DER. Essa operação inclusive foi aprovada tanto pela Comissão de Valores Mobiliários como pela Secretaria do Tesouro Nacional; a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional...

- Falas sobrepostas.

O SR. DONATO - Esse parecer está formalizado?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Está formalizado.

O SR. DONATO – O senhor pode nos enviar?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Posso enviar tão logo o receba. Então não há nenhum problema com relação à operação em si. Há vedações com relação a operações, quando é ARO não pode ser feita, quando é alienação, endividamento. Não é o caso, não se caracteriza como operação de crédito. Existe uma série de características diferentes que permitem esse tipo de operação.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, não se trata de antecipação de receita. Ela é orçamentária, mas é um desconto de fatura na verdade, de vencimento futuro. Ele implicaria no orçamento do exercício seguinte. Não haveria necessidade de autorização do Legislativo específica?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Não no caso desses recebíveis, que esse é alienação de bens móveis. Alienação de bens móveis, é Lei Orgânica do Município, não há necessidade para isso.

O SR. MILTON LEITE – Deixa eu debater um pouco essa questão com o senhor.

Permite aparte, Vereador Donato? Nós estamos falando de recebimento futuro. Vamos imaginar que aconteça o seguinte: a Sabesp não tenha um bom desempenho nas contas, haja uma crise e ela caia pela metade. Como é que nós vamos fazer se nós antecipamos e descontamos a fatura? Por isso que eu estou chamando de desconto de duplicata. Descontamos o cheque futuro da Sabesp em 300 milhões. Sei lá, cortou o... cai lá uma desgraça, o povo não paga a conta e nós vamos ficar com a metade. Como é que nós ficamos orçamentariamente como esse buraco, Sr. Secretário? Por isso que eu estou dizendo que nessa perspectiva é que o senhor precisa de autorização legislativa, porque na verdade o senhor está, em tese, comprometendo o orçamento futuro sem garantias exatas de receita. É uma expectativa de receita, ela não se configurou em fato ainda. Acho que o senhor precisa de uma autorização específica para esse caso. É uma opinião pessoal minha, Secretário. Gostaria que o senhor falasse a respeito.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Muito bem, vamos lá.

Peço desculpas porque é uma discussão um pouco técnica. Na verdade o Fundo Municipal de Saneamento, na discussão que tivemos lá, foi aprovada uma captação de 300 milhões de reais. Esse número de 300 milhões de reais, que equivale a aproximadamente um ano de arrecadação corrente normal, ela foi até delimitada pelo próprio Conselho exatamente para não comprometer em demasia os orçamentos futuros. Quando você coloca os 300 milhões da arrecadação corrente, mais 300 milhões de antecipação de recebíveis, isso significa que você está antecipando obras, você está antecipando investimentos, está colocando essas obras, esses investimentos à disposição da população no momento presente e não num momento futuro. Então há vantagens em você antecipar esses recursos.

Por que é utilizado o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, que é um mecanismo já consagrado no mercado financeiro e aprovado pela CVM e aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional? Há inclusive instruções normativas próprias da CVM que regulam a emissão desse tipo de papel pelos poderes públicos. Você faz isso exatamente para

não caracterizar operação de crédito. Ou seja, quando o poder público aloca o fluxo financeiro de um determinado recebível que está vinculado a um determinado contrato, como é o caso da Sabesp, ele aloca esse recurso e não assume nenhum compromisso de performance. Ou seja, caso aconteça isso que o senhor está dizendo, o Fundo é devedor dele próprio, não há nenhum compromisso de o governo aportar novos recursos ali, então não há comprometimento novo de recursos naquele Fundo. Até essa é uma característica que descaracteriza como operação de crédito, que operação de crédito é se houvesse uma garantia do poder público de reposição desse fundo. Como não há essa garantia, então ela não se caracteriza como operação de crédito.

O risco do papel, o risco do Fundo, das cotas é... sênior e subordinadas – aí é uma questão mais técnica, ela é totalmente do adquirente desse papel. Obviamente quando o mercado compra essas cotas, existe lá uma escritura de colocação dessas cotas, desse FIDC, em que os investidores que vão comprar essas cotas analisam o perfil, qual é o contrato, qual é o fluxo financeiro que está dando suporte àquelas emissões, verificam obviamente o risco Sabesp. Só que a Sabesp é uma S.A. e consagrada emissora de papéis no mercado. A Sabesp se financia muito com a emissão de debêntures e captação no mercado. Então a Sabesp tem um nome no mercado, é um papel de ótima qualidade. Com certeza tem um *rating* muito bom desse tipo de operação. Quanto melhor o *rating*, menor a taxa de juros que a gente paga. Então a possibilidade de entrar em *default* esse tipo de papel é mínima.

O SR. MILTON LEITE – (Ininteligível) de não haver liquidação, não haver o dinheiro e haver o calote. E aí como é que fica?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Não. O risco... Qualquer fundo de direitos, qualquer fundo, qualquer pessoa aqui que aplique num fundo de investimentos em qualquer banco corre esse risco. Esse é um risco de mercado.

O SR. MILTON LEITE – Está bom, mas e vai ficar com o papel, a Prefeitura então estaria dando o calote?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Se o fluxo financeiro da Sabesp não cobrir, é um risco de mercado.

O SR. MILTON LEITE – O sujeito que comprou perdeu?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Sim, como qualquer fundo em que se aplique no mercado. Não tem nenhuma diferença em relação a qualquer outro fundo existente no mercado. Só que como é um papel Sabesp, é um fluxo Sabesp, a arrecadação da Sabesp é conhecida no Município, é uma empresa de S.A., então é absolutamente improvável que essa situação que o senhor está citando aconteça.

O SR. MILTON LEITE – O senhor compraria (ininteligível)?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Tranqüilamente, tranqüilamente.

O SR. MILTON LEITE – Então está bom. Donato.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – É um papel Sabesp. Um papel Sabesp é um papel bom, é um bom papel, é um bom ativo.

O SR. DONATO – Secretário, voltando a minha pergunta inicial. Nós vamos fechar o ano em 32 e nós precisamos chegar em 38. Se nós colocarmos a inflação e o PIB chegaria em 35,4. Eu queria entender como nós chegamos em 38. O senhor apresentou aí 800 milhões até agora, 500 milhões do PPI e 300 da Sabesp. Faltam um e oitocentos.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – A estimativa para a proposta de 2012, de receitas de operações urbanas de 800 milhões de reais, receitas do PAC de mais 700 milhões de reais, operações de crédito como essa que eu citei aos senhores, e alienação de bens de mais de 1,3 bilhão. Todas essas receitas, quando elas são receitas de capital em especial, elas são vinculadas a investimentos. Obviamente os investimentos são vinculados, dependem da arrecadação dessas receitas.

O SR. DONATO – Aproveitando uma questão. Os senhores apresentaram uma receita do PPI, a antecipação do PPI como receita de capital.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Isso.

O SR. DONATO – Não é um conceito equivocado? Porque a origem dessa receita não é imposto e o fato de ser receita de capital não incidem as vinculações da saúde e da educação, não é isso?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Bem, vamos lá. Outra operação que precisa... No caso podemos avançar aqui, mas ela é detalhada e tem as suas nuances. De fato, é uma receita de capital. No ingresso desses 500 milhões que estimamos, ela entra como receita de capital. O que estamos alienando não é o crédito tributário, estamos alienando o fluxo. Então, isso quer dizer o fluxo financeiro, então, o crédito é um papel, o título, ele continua sendo uma receita tributária e continua sendo cobrado pela Prefeitura quer seja na esfera administrativa pela Secretaria de Finanças, quer seja em juízo pela Procuradoria Geral do Município. Ele não perde a característica de crédito tributário. Por essa natureza, ele continua sendo recolhido pelos contribuintes, pelos devedores, normalmente.

Na medida em que essa receita é realizada, ou seja, que os contribuintes vão pagando seus (ininteligível), mês a mês, na sua arrecadação, quando ele começa a fazer o pagamento, aí sim é contabilizada para efeito de todas as vinculações.

Então, existe toda uma estrutura contábil para que se caracterize os 500 milhões no momento zero, como receita de capital. Depois, a medida que essa receita vai entrando, algo em torno de 40 milhões por mês, é contabilizada como receita corrente, fazendo todas as vinculações necessárias.

Não há qualquer prejuízo às vinculações. Essa é uma preocupação. Quando estávamos no Estado, fizemos uma operação idêntica a essa. Existe uma norma interna, que terá de ser editada no Município também, de contabilização dessa operação de tal sorte que não haja qualquer prejuízo às vinculações constitucionalmente estabelecidas quer seja pela Educação ou pela Saúde.

Essa operação é muito detalhada.

O SR. DONATO – Não quero tomar tempo da audiência com uma questão que é técnica, mas também é política no fundo.

Secretário Chammas, V.Exa. espera terminar este ano com quanto de superávit?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa é uma informação que remeterei também ao Sr. Secretário de Finanças.

O SR. DONATO – Mas Finanças arrecada e sempre planeja os gastos, até onde entendi.

V.Exa. gastará tudo o que arrecadou ou sobrar alguma coisa?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não, devemos estar executando todo o orçamento.

O SR. DONATO – Mas tem seis bilhões e meio em caixa hoje.

Faltam dois meses somente.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Já tive a oportunidade nesta Mesa de trazer alguns esclarecimentos. Por isso aquele *slide* mostrando o que é Tesouro e o que é recurso vinculado, é fundamental. O Secretário-Adjunto Jorge falou com muita propriedade das Operações Urbanas. Então, hoje, desses – não sei se são seis bilhões, mas o Secretário de Finanças depois confirma ou não -, mas uma parte dos recursos em caixa é vinculada, ou seja, tem destino específico. Hoje, por volta de 1,3 bilhão é para a Operação Urbana, inclusive, uma parcela apartada para o Metrô, que só irá ao Metrô quando houver o gasto na Linha 17 – Ouro.

Outros recursos, os fundos. Então, devemos terminar o ano com algum superávit financeiro nos fundos. Não faz a execução exata do fundo. É um superávit financeiro.

Portanto, uma boa parte são recursos vinculados; outra parte são restos a pagar que ficam para os compromissos no início do ano. Então, não podemos analisar como um todo, temos de analisar de forma segmentada.

Só esclarecendo e complementando a resposta do Secretário Jorge, basicamente, Operações Urbanas e Recursos PAC temos algo em torno de dois bilhões. Por que estamos otimistas desses recursos serem gasto no ano que vem? O PAC – tomo a liberdade de fazer

uma breve listagem – tem já aprovados: recurso para encostas, 80 milhões; recursos para drenagem, o Córrego Ponte Baixa, 145 milhões mais 45 do Minha Casa Minha Vida, quase 190 milhões; recurso de mobilidade, 304 milhões, o Corredor Inajar, Rio Branco e o Corredor Capão Redondo - Campo Limpo; 60 milhões para a Fábrica do Samba junto ao Ministério do Turismo. Então, estamos falando algo em torno de 641 milhões previstos de ingresso ano que vem de transferência federal para projetos. Por que o otimismo do ano que vem entrar e este ano ocorreu muito pouco? Porque foi a tramitação dos projetos, a Caixa tem o seu ritmo de aprovação, as suas burocracias junto ao Ministério das Cidades e estamos confiantes de que esses recursos, principalmente do PAC, investimentos em drenagem, habitação e mobilidade devam ingressar aliados aos recursos da Operação Urbana.

Os Srs. Vereadores acompanharam. Tínhamos quase que uma trava para prosseguir as obras, a licitação da obra da Operação Urbana Água Espreada em função do projeto de lei aprovado nesta Casa. Agora, com o projeto aprovado, as obras estão em curso.

O SR. DONATO – Sr. Secretário, voltando à pergunta. Qual será o superávit no final do ano? O ano passado foi 3.1.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Mas o 3.1, de todas as fontes do Tesouro, basicamente, zerado. Temos de tomar esse cuidado. Não podemos ter um superávit...o superávit global existente, não sei se foi 3.1...

O SR. DONATO – Mas tenho certeza de que, no final do ano que vem, o superávit será menor.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não tenho essa....

O SR. DONATO – Uma coisa que pode explicar esse Orçamento com um crescimento de quase 20% é espaço orçamentário para poder utilizar um pouco do superávit, um pouco ou tudo, não sei. Não sei o ritmo da administração no ano que vem.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Temos de fazer duas análises.

O SR. DONATO – Historicamente, vimos que em 2008 houve uma aceleração do

gasto na Prefeitura de São Paulo. O superávit que foi feito em três anos foi consumido no ano da eleição. Imagino que, pelo desenho, está parecendo que será o mesmo ritmo: três anos, poupa-se; gasta-se, no último.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Três anos não poupamos, tanto que no ano passado executamos integralmente, tanto que o superávit do Tesouro foi basicamente zero. O superávit das outras fontes são, entre aspas, imexíveis.

Uma coisa é comparar 38 bi, com 32 que é a execução. Outra coisa é 38 com 35 que é a proposta deste ano. Quando fizemos a proposta para 2011 prevíamos 700 milhões do PAC, 1,3 bilhão da Operação Urbana que por n razões não se confirmaram, mas estão em andamento. O ano que vem temos a expectativa da realização desses gastos, principalmente, das fontes vinculadas.

O SR. DONATO – Apesar do crescimento do Orçamento, vemos que – ontem tivemos uma audiência pública na zona Sul que foi a reação das pessoas e dos Subprefeitos foi, no mínimo, de decepção – temos uma diminuição do Orçamento das Subprefeituras de 1,160 bilhão para um bilhão de reais, ou seja, 160 milhões a menos. O mais grave: Subprefeituras com o maior IDH, como Pinheiros e Vila Mariana, têm crescimento; e as Subprefeituras mais pobres, como Parelheiros, M'Boi Mirim, Capela do Socorro, Campo Limpo, Cidade Ademar, tiveram queda no Orçamento.

Explique-nos a razão, até porque o Orçamento da Secretaria de Subprefeituras se mantém igual, não teve nem sequer uma suposta centralização para a Secretaria. Houve, de fato, uma diminuição das Subprefeituras, a meu ver, inexplicável.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa observação é extremamente importante para esclarecermos. Temos de olhar o Orçamento de forma ampla. Vamos separar o que é zeladoria, o que é investimento, gasto com pessoal e administração.

Temos também de fazer uma segunda análise. Uma, é o Orçamento aprovado por esta Casa; outra, o Orçamento hoje. Temos, ao longo do ano, ajuste orçamentário,

suplementações com necessidades de uma subprefeitura em detrimento da outra.

Então, falarei sobre o item zeladoria de todas as Subprefeituras. Nós temos, hoje, um Orçamento atualizado de 448 milhões de reais. Houve uma suplementação de mais 1,700 milhão de reais e temos quase 450 milhões de reais para zeladoria em todas as Subprefeituras. O Orçamento previsto na proposta orçamentária é de 517 milhões de reais. Ou seja, no item zeladoria, em todas as Subprefeituras, houve um acréscimo de 14,9%.

Por que é importante separar? É claro que a média de itens distintos pode sofrer redução, como o item pessoal, em algumas Subprefeituras, os itens auxílios e projetos. O que acontece com o item projetos? Nós estipulamos, como no ano passado, um número idêntico para todas as Subprefeituras de 150 mil reais. Está na proposta orçamentária. Por que isso? Sabemos que no item reserva de contingência, temos 150 milhões, provavelmente, que serão utilizados por esta Casa para fazer alguma proposta de emendas que, muitas delas, irão compor os projetos das Subprefeituras. Então, comparar a proposta orçamentária de 2012 com o Orçamento, hoje, vigente, no item projetos já vai ter uma disparidade bem significativa, são 150 mil versus algo em torno de um milhão.

O SR. DONATO – Eu imaginava que fosse isso, mas essa lógica é perversa, porque a emenda que o Vereador faz, na sua cota, é de caráter pontual. Tem uma estratégia de política pública do Governo e da administração, em linhas gerais, que deveriam estar contempladas. O que acontece hoje é que se dá 150 mil reais para a Subprefeitura que não reforma uma praça, só faz um escadão e uma pracinha e fica a responsabilidade sobre cada Vereador. E a Subprefeitura que, por qualquer contingência, não tem um Vereador que destine emendas? A emenda tem de ser considerada à parte do Orçamento da Subprefeitura, ela não pode ser incorporada, ainda que possa ter uma lógica contábil. Não é correto, porque se inverteu a lógica. Hoje, quando se vai para falar com o Subprefeito para aplicar os recursos da Subprefeitura, ele inverte a lógica e pede emenda. É o contrário. O cidadão tem o direito de ser atendido, independente do Vereador destinar ou não emenda. A emenda é um complemento

para algum tipo de ação pontual, não como uma política pública geral, no caso, das Subprefeituras ou de outras áreas. Considero essa lógica errada na construção do Orçamento.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Voltando à análise da zeladoria, que é um item importante. Para não mentir, uma Subprefeitura teve um decréscimo. Tivemos aumentos em zeladoria de 26%. O que engloba a zeladoria? Locação de veículos pesados, manutenção de vias, limpeza manual de córregos, limpeza mecânica de córregos, bocas de lobo, manutenção de piscinão, conservação de áreas verdes e manutenção de galerias.

Todas as dotações solicitadas pelas Subprefeituras foram contempladas integralmente no Orçamento. Ou seja, nós tivemos o cuidado de, fazendo análise com gasto retroativo a 2009, 2010 e 2011, contemplar para todas as Subprefeituras, no item zeladoria, a solicitação cheia. Essa análise de que houve um decréscimo nos gastos nas Subprefeituras precisa ser mais detalhada.

O item áreas de risco não está nas Subprefeituras. Os 110 milhões de reais que o Vereador Milton Leite mencionou, 30 milhões do Tesouro e 80 milhões de recursos federais, estão na Secretaria de Coordenação.

O item casas de cultura não está nas Subprefeituras, então, temos de fazer uma apropriação. Ao longo da execução orçamentária, esses itens saem da Coordenação e vão sendo migrados para as Subprefeituras. Por isso que comparar o Orçamento hoje, dia 25 de outubro de 2011, com a proposta orçamentária, estamos comparando bases distintas, porque aqui você já teve migrações do órgão central para o órgão descentralizado.

O SR. DONATO– Tudo bem, nós podemos fazer isso, mas, de qualquer forma, o Orçamento de 2011 era de 1 bilhão 161 milhões para as subprefeituras. O Orçamento atualizado, que o senhor cita, é de 1 bilhão e 98 milhões. Muda pouco, e caiu de para 1 bilhão e 1 milhão. De toda forma, mesmo considerado o Orçamento atualizado, com as transferências que já existiram, há uma perda de 97 milhões no orçamento das Subprefeituras.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Não podemos esquecer que as subprefeituras

também fazem uso de outras fontes. Por exemplo, o Fundurb. Este ano tivemos uma arrecadação forte no Fundurb, e uma das suas dotações orçamentárias é para execução de calçadas nas subprefeituras. Então, para compor o que está sendo gasto nas subprefeituras, teríamos não só o orçamento dela, mas também o que, por exemplo, está nos fundos e teria de ser apropriado a elas.

P – Secretário, em relação ao Plano de Metas. Verificamos, por várias dotações, que as metas não serão cumpridas. O senhor pode nos dizer quais metas não serão cumpridas, já que é o senhor que coordena o Plano de Metas?

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, nós somos cobrados diariamente a respeito dos três hospitais. Queria que o senhor se manifestasse a respeito aos três hospitais nos quais colocamos recursos todos os anos. A Cidade está extremamente preocupada com esses hospitais. O que vai, efetivamente, acontecer com os hospitais. A cobrança é muito grande, não pela promessa do Prefeito, mas pela demanda da sociedade. Se S.Exa. tivesse prometido e não houvesse demanda, não haveria problema, mas há demanda da sociedade em função da necessidade. Esse é o nosso problema. Não é a promessa de qualquer executivo, é por que a sociedade clama. Como S.Exa. prometeu aquilo que a sociedade cobra, e muito de nós somos cobrados diariamente, gostaria que V.Exa. se manifestasse.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa questão é extremamente pertinente, e temos de fazer uma reflexão. Existe um instrumento hoje formal, legal, em andamento, um instrumento inédito, que está sendo aperfeiçoado. Se olharmos as 223 metas - e claro que pode se perguntar se o número de metas é exato, se poderia ser mais, menos –, elas foram estabelecidas naquele momento, naquela época. Elencaram 223 metas. Uma série de metas são rotineiras da Prefeitura, como treinamento de pessoal, melhorias em alguns procedimentos internos. E tenho certeza de que todas essas metas – que chegam a quase 40% - serão cumpridas. São atividades rotineiras, estão no dia a dia de cada secretaria.

Uma outra parte das metas são pontuais, como reformar o Theatro Municipal,

reformatar a Praça Roosevelt; outras, um pouco mais genéricas: implantar “x” parques municipais, implantar tantos viveiros. Estamos perseguindo, de forma rotineira, e com todas as forças, o cumprimento de 100% de todas as metas.

É claro que temos de ter criatividade e inventividade. Vimos aqui que os compromissos da Cidade com recursos vinculados é muito forte. Dessa arrecadação, 31% são destinados para a Educação; 15% é o mínimo constitucional, estamos executando algo em torno de 19 a 20% para a Saúde; 13% da receita líquida para pagamento da dívida; 2.55 com precatórios. Pasep. Isso faz com que o nosso grau de investimento fonte-tesouro fique muito reduzido. Por isso as outras fontes ganham uma importância – e não é de hoje – muito forte.

Vou dar o exemplo do Fundo de Trânsito. Já temos uma lista das obras de transporte que serão feitas com recurso do Fundo de Trânsito. Projetos do Inajar, Binário Santo Amaro, M'Boi Mirim, Radial, projetos já concluídos, com proposta de início de obra para o final desse ano.

O Fundo de Saneamento, com ações na área de habitação, infraestrutura e saneamento.

O Fundurb, com ações pontuais na área da Cultura.

Então, destaco a importância desses fundos, que são recursos do Tesouro. Recursos vinculados fazem com que possamos ter essa flexibilidade e poder chegar ao final de 2012 almejando 100% das metas concluídas.

Tenho certeza de que hoje temos quase 50 metas já concluídas. Todas as metas rotineiras serão concluídas, pois fazem parte do dia a dia da Prefeitura. E dou sempre o exemplo das Viradas, tanto a Esportiva quanto a Cultural, que só serão concluídas ano que vem, porque é uma por ano.

Mas várias obras, como a da Praça das Artes, a da Praça da República, a do anexo da Biblioteca e a de drenagem estão em andamento, e com certeza serão concluídas no começo do ano que vem.

As obras de habitação, com um ritmo muito forte. Muitas delas já estão com quase 100% da sua execução. Então, seria leviano da minha parte dizer que tais ações não serão concluídas. Estamos perseguindo e faremos todo o esforço orçamentário, principalmente dos recursos vinculados, para que possamos concluir essas obras pontuais de infraestrutura e de equipamentos.

O SR. DONATO – Bom, Secretário, vamos ser mais práticos. No programa de metas fala-se que 300 milhões de reais serão destinados para o Rodoanel. Não existe dotação orçamentária, tem uma dotação simbólica. Como interpretamos isso? A meta será cumprida ou não?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa é uma meta que está sendo revista.

P – O que significa isso? Não será cumprida?

R – Ao longo de...

P – “Tucanaram” o não cumprimento da meta?

R – Não, estamos revendo essa meta. Seria muito fácil para qualquer administração, ao longo do Programa de Metas, ir excluindo metas. Então, eu não vou cumprir, vou tirar. O Prefeito Gilberto Kassab não tem adotado adota essa postura e tem nos orientado; estamos fazendo pequenos aperfeiçoamentos. É muito simples excluir metas. Seria fácil excluir. Chegaria em 100% nem em dezembro, em junho. Vou excluir todas as que não vou cumprir. Não é essa a orientação. As que não forem cumpridas, se isso ocorrer, serão explicadas. Essa do Rodoanel é uma meta que está sendo revista, até porque ela foi indicada em um momento em que a Prefeitura tinha todo o ajuste para investir recursos no Rodoanel. Hoje essa prioridade pode não estar sendo ratificada. Essa está sendo revista.

P – Secretário, no Programa de Metas há 66 quilômetros de corredores de ônibus, mas nas duas dotações nós temos apenas 48 milhões de reais. E praticamente não foi feito nada de corredor de ônibus. Essa meta também será revista?

R – Não, essa não. Como listei agora, os corredores Inajar, Binário Santo Amaro,

M'Boi, Radial já estão com seus projetos prontos e obras previstas com recursos do Fundo Municipal de Trânsito.

O SR. MILTON LEITE – Quando o senhor vai licitar?

R – A licitação da Secretaria de Transportes deve ser iniciada no final desse ano. Com recursos previstos do Fundo de Trânsito.

Este ano estamos alcançando no Fundo de Trânsito uma receita de 740 milhões até o momento, já superior ao orçamento estimado, que era por volta de 640. Para o ano que vem a previsão é de 832 milhões. Então, por isso ratifico a posição de termos essa leitura sempre da dotação orçamentária da Secretaria com as dotações dos recursos vinculados. E, no caso, do Fundo de Trânsito.

O SR. DONATO – Se o Orçamento for transparente, fica mais fácil entender isso. Acho que temos de avançar nesse sentido. Temos, reiteradamente, solicitado a regionalização do Orçamento, porque acho que facilita a análise e acompanhamento de todos nós.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Uma outra boa notícia. Desde o começo de setembro nós temos num link da página de nossa Secretaria, todos os fundos municipais, dada a importância dos fundos, dada a magnitude dos fundos. Todos os fundos municipais com seu detalhamento de despesas e receitas mês a mês.

O SR. DONATO – Uma última questão. O senhor falou do Metrô, uma dotação simbólica. Falta um bilhão ainda para o metrô. Esse um bilhão será destinado a partir da Operação Urbana Água Espreada, é isso?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Não, não. No Metrô poderíamos ter recurso da Operação Urbana Água Espreada ou da Operação Urbana Faria Lima. Só lembrando que na Água Espreada nós firmamos um convênio com o Metrô num aporte de 334.5 milhões de reais do Município. Já foi integralmente feito. Na verdade o recurso ainda não está com o Metrô mas está em conta apartada. Quando o Metrô iniciar – e já está iniciando – o projeto da Linha 17 esse recurso será passado. A proposta é que esse um bilhão pode até vir um pouco da

Operação Urbana Água Espreada, mas o montante mais significativo é da Operação Urbana Faria Lima. Só para dar uma informação para ficar o conhecimento homogêneo, a Operação Urbana Faria Lima atualmente tem quase 500 mil m² de estoque disponível tanto no uso residencial quanto no uso comercial, mas não tem um instrumento para que o empreendedor adquira esse potencial adicional, que é o Cepac. Então, o Executivo encaminhou a esta Casa um projeto de lei solicitando autorização para a ampliação do número de Cepacs da operação urbana. Não mexemos no estoque da operação urbana, não mexemos em mobilidade e em nenhum comprometimento da operação urbana mas sim um instrumento necessário para que o empreendedor possa fazer uso desse estoque adicional. Com esta perspectiva de um milhão a mais de Cepacs isso provavelmente deverá fazer frente aos gastos previstos para com o metrô de um bilhão.

O SR. DONATO – Secretário, uma última questão, teria outras para fazer mas é importante ouvir a população também. No fundo de trânsito que o senhor citou que será a dotação de construção de corredores temos apenas 33 milhões para a implantação de corredores. Não sei quanto é o quilômetro do corredor de ônibus mas 33 milhões, certamente, não são muitos quilômetros. Juntando os 33 milhões daqui mais os 48 do Orçamento teremos 80 milhões de reais mais ou menos, para a implantação de corredores, que é um número bastante aquém do necessário para chegar à meta.

O SR. RUBENS CHAMMAS Um esclarecimento: o primeiro corredor que eu tinha dado desta lista ao Inajar, tem recursos de 104 milhões aprovados no PAC. Os recursos indicados na Peça Orçamentária são recursos previstos de arrecadação para o ano que vem.

O SR. DONATO – Eu sei, ele está no PAC mas tem de entrar em alguma dotação. Qual é a dotação que ele vai entrar?

O SR. RUBENS CHAMMAS Está como transferências federais, preciso checar. Vou checar.

O SR. DONATO – Por favor. São essas as questões que tinha para a primeira

rodada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou passar às pessoas. Normalmente dou o tempo de três minutos mas o Sr. Secretário será convidado para uma extraordinária, além da formal que virá de fechamento, faremos uma extraordinária para que possamos discutir mais alguns temas. Só um ponto: no plano de metas do Rodoanel os 300 milhões temos de cumprir e a razão é simples. Não é bem essa que o senhor falou. Na execução do Rodoanel eles causaram um dano à região de Parelheiros da ordem de mais de 300 milhões de reais. Pagar um e não receber o outro é melhor cancelar os dois e a Prefeitura fazer o investimento direto naquela região. Na construção as empresas arrebutaram a infraestrutura viária da região, comprometeram mais de 300 milhões de reais e não refizeram as obras como prometido. Não tem de pagar mesmo. Em vez de pagar esse dinheiro para o Rodoanel paga e manda refazer as obras da região que foi totalmente danificada.

Passamos a ouvir as seguintes pessoas inscritas para falar. Pelo tempo não superior ao dois minutos improrrogáveis. Dois minutos porque queremos ouvir a todos. Maria do Socorro, em seguida Fábio, em seguida a Dalci, em seguida a Marlene, em seguida Eduardo Merje, José Roberto, Dora Lima e Jefferson. Impreterivelmente dois minutos. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, sou da região de Itaquera. Em princípio quero saber da distinta mesa, fui para a audiência pública de Itaquera, do Orçamento, no começo e nada foi falado de Itaquera. Eu acho assim: por que o representante do povo fica lá se ele não tem pulso, se não tem capacidade, se não pode determinar, se ele é um zelador? Do meu conhecimento zelado é a pessoa que tem menos capacidade para resolver o problema da comunidade. Certo? Moro em uma região – todo mundo sabe – que é o Conjunto Habitacional Águia de Haia, na Cidade AE Carvalho, região de Itaquera. Há três anos que nada foi feito. Todo ano estou aqui, todo o ano, todo o ano! Tem um terreno Itaquera F2 que está largado e abandonado, está sendo depósito

de lixo onde tem rato, já tentaram invadir duas vezes, tem o HM, é uma companhia que é do Governo, é terceirizado, que fica lá no alojamento. Agora, pergunto: que papel estou fazendo aqui? Eu sou do Grande Conselho, procurei saber, fui lá pela segunda vez lá e falei sobre o idoso. Sou atuante, participo de tudo que é conferência e audiência, solicitamos um terreno que foi destinado para fazer o Centro de Referência do Idoso, lá em Itaquera, na Borges Carlos Bassau com Salvador Nobelli. Depois que eu pedi, levei os documentos em todo o órgão público o próprio funcionário, a coordenadoria da Saúde disse que iria fazer um centro de referência dos trabalhadores. É piada isso, não é? Pergunto: e a habitação? O pessoal está na área de risco e só se fala em Itaquera do Corinthians. E a população, como vocês falaram, de onde está vindo as coisas? Onde está desenvolvendo? Não temos nada. Não temos área de lazer, as crianças estão entrando na droga, os idosos estão morrendo, a saúde está precária, o PSF não atende à população e quando eu procuro saber o número da procuração quero saber, finalmente, o que vão contribuir, por direito, por lei e o que vão fazer para o idoso. Cadê o Orçamento? Cadê a verba que não estou vendo nada até agora! Estou olhando de ponta cabeça. Cadê a verba? Qual é o projeto? O que vocês têm para o idoso? Aqui, dentro da Câmara Municipal como na Assembleia Legislativa. É a mesma besteira. Eu ia dizer uma besteira mas não digo. Por educação. Era o que quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Secretário anota e vai responder, ao final, todas as perguntas. Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde. Sou munícipe do Distrito Sé, participante do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo de São Paulo. Saúdo a mesa e os presentes. Realmente, pela 11ª vez o movimento de Resistência, o Conselho do Orçamento Participativo se orgulha de estar aqui, iniciando com uma brilhante colocação da Conselheira Maria do Socorro, de Itaquera, que esteve em São Miguel Paulista no sábado, colocando questões importantes. É a realidade da população. Esses números mostrados não apresentam a realidade social da população. Mostram um fracasso de sete anos da gestão José Serra –

Gilberto Kassab. Um vexame mostrado pelo não investimento na área social. Aonde estão os três hospitais? O Secretário não respondeu sobre os três hospitais, Hospital Vila Brasilândia, Hospital Vila Matilde e Hospital Parelheiros. Não houve resposta. Pela quarta vez foi adiada a parceria público privada. Quer dizer, não usa o dinheiro da Saúde e entrega para as empresas privadas.

E as reformas dos hospitais de São Miguel, Ermelino e Itaquera? Há anos aguardamos essas reformas. Há anos as pessoas morrem nos hospitais e nada acontece. Ainda fazem privatização, parceria público privada. Que vergonha. OS, Novo PAS, aonde está a Saúde de São Paulo?

Tudo isso é uma grande vergonha e uma denúncia. E não é só Saúde. Caiu a verba nas áreas de Cultura, Esporte e Lazer e Trabalho. Sumiram 500 milhões de reais da Siurb para o orçamento de 2012. Comparada a proposta orçamentária de 30/09/2010 para 30/09/11, caiu a verba.

Quer dizer, o orçamento aumenta em 10% e cai a verba para as secretarias sociais. Qual a explicação disso? E fora o que foi complementado pelos Vereadores no final do ano passado, o aumento é muito maior. Na verdade, o aumento para áreas não prioritárias e redução para áreas sociais.

Esse orçamento tem de ser denunciado. Pela primeira vez, a SPTrans tem maior orçamento do que a própria Secretaria de Transportes. Ou seja, aonde vai parar todo esse orçamento?

Concluindo, falaram sobre a questão das audiências públicas e não entendo porque tanto destaque, prometeram fazer 31 e vão fazer cinco. Fizeram duas em Santo Amaro e São Miguel Paulista, quer dizer, no ano passado foi Penha e este ano é em São Miguel; no ano passado foi em M'Boi Mirim e este ano em Santo Amaro. E Jaraguá, vai para Jaçanã ou Pinheiros?

É uma vergonha e a Câmara também tem responsabilidade nisso. Tem de fazer, no

mínimo, uma para cada subprefeitura. A Câmara tem esse dever, porque tem de discutir regionalmente o orçamento. E Jaraguá, Taipas, Perus, Pirituba e Freguesia do Ó, por exemplo, não tiveram audiências públicas.

Concluo dizendo que o orçamento de 2012 aumentou para 38 bilhões e o fechamento são 32. Faltam seis bilhões. Repudiamos esse orçamento de 2012 e espero que a Câmara faça as alterações necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Alcides.

O SR. ALCIDES – Boa tarde, Vereadores Milton Leite e Donato. Estivemos, no sábado, na audiência pública de São Miguel e estavam presentes onze subprefeituras. E fazendo umas continhas, porque não sou economista, a zona leste tem dez por cento da população do Estado e um terço da Cidade. E é dez por cento do orçamento das onze subprefeituras. Contando a Cidade inteira, as 31, dá 26% do orçamento. Só que o investimento fica pulverizado.

Peço aos Vereadores Milton Leite, Donato e para as pessoas que cuidam do orçamento da Cidade, porque quem paga a conta é o povo. Nos últimos 20 anos, o orçamento de São Paulo aumentou quase 70% e o serviço público piorou. A Saúde, na nossa região, quando procuramos essas autarquias, somos recebidos pelo Guarda. É o Guarda que decide se você entra ou não.

A Virada Cultural é uma vergonha, porque é feita no Centro da Cidade e é para quem pode pagar. Para os pobres, o dinheiro da Cultura tem de ser investido nas periferias, que levem happy, forró, MPB, o que quiserem.

A questão da Educação, vamos falar da creche à universidade. Gente, temos um déficit de 147 mil crianças, que não tem acesso à creche. É uma vergonha e o Prefeito, no plano de metas, disse que ia zerar as creches. Não é possível, precisamos mudar, investir e priorizar políticas públicas.

Quero me solidarizar com o Vereador Milton Leite, que é de uma região tão carente como a nossa, a zona Leste, e no entanto, foi dado de isenção para Itaquera 420 milhões, o que dá para fazer 420 creches e seis mil moradias. É uma vergonha.

Não quero só ficar discutindo orçamento, mas que aconteçam as políticas públicas na ponta. Precisamos priorizar o transporte público, como colocou o Donato, a questão dos corredores, porque não é possível priorizar só para os carros. Acho que o transporte público deveria ser gratuito, para incentivar as pessoas a deixarem o carro em casa.

Para a Habitação foi destinado um bilhão. Vocês são 55 Vereadores e 31 subprefeituras, gostaria que cada Vereador adotasse uma subprefeitura e tentasse discutir esse orçamento. Por exemplo, quanto vai ser destinado para São Miguel e quanto para Tiradentes. Para a Penha tem quase 40 milhões, quando chega na Cidade Tiradentes tem 20 milhões, que é a região pior, onde precisa de melhor infraestrutura.

Então precisamos melhorar a questão do serviço público. Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra a Sra. Marlene.

A SRA. MARLENE – Boa tarde a todos. Sou do Parque Continental, distrito do Jaguaré, e represento a comunidade do nosso residencial.

A questão da Ponte Politécnica que estava prevista no orçamento de 2011 e não temos notícia dela. Na região: Jaguaré, Parque Continental, Município de Osasco, São Francisco, Rio Pequeno, Politécnica, que traz o trânsito da Raposo Tavares, que cai na Corifeu de Azevedo Marques, e a única maneira de sair da região é a Ponte Jaguaré. Quer dizer, um trânsito totalmente estrangulado, especulação imobiliária absurda, então a nossa necessidade, demanda, urgência é a Ponte Politécnica. Mais uma ponte, para que se possa transpor na altura da USP, Unip, enfim, várias universidades, para que possamos ter como sair da região.

Muito obrigada.

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Saudações a todos, Vereadores, Secretaria, acho que o

Donato tocou num ponto interessante: a Subprefeitura de Vila Mariana.

Neste primeiro debate, gostaria de colocar a coisa num aspecto mais geral do passado, de onde surgiram todas essas propostas do plano diretor, planos regionais. Diria que esta Cidade é e não é uma metrópole ao mesmo tempo. Os planos diretores foram detonados pelos planos regionais, que não ouviram nem os planos de bairros. E a conclusão disso é o que vemos agora.

O orçamento, no meu entender, para que ele seja realmente democrático e legítimo, tem de ser distrital. Moro no distrito de Saúde, há o distrito de Moema e o distrito de Vila Mariana. Só que o distrito de Moema está com um consórcio gastando 48 milhões, para abrir poços, um mecanismo não destrutivo de esgoto em ruas totalmente estouradas. Quer dizer, como fazer mecanismo não destrutivo naquilo que está destruído e precisa ser refeito. Um consórcio de 48 milhões, e o orçamento total da Subprefeitura de Vila Mariana é de 33 milhões.

Represento a Associação de Usuários do Parque do Ibirapuera e aqueles lagos que estão ao lado da República do Líbano estão fétidos, só tem pato, marreco, não tem mais peixe, não tem borboleta, não tem mais nada, por falta d'água. A água cercada na Professor Ascendino Reis pelo próprio Tribunal de Contas do Município, que faz um pôlder que está no orçamento. Cadê a drenagem? Que é zero na Vila Mariana? Uma bacia totalmente impermeável, uma água limpa que podia chegar aos lagos, para dar-lhes profundidade, que é um espelho d'água, todo assoriado. Cadê essas águas? Ou o meio ambiente fica só no *blá, blá, blá*.

Gostaria de ter o orçamento distrital na minha Cidade. Água Espreada está gastando 578 milhões de reais, para jogar o povo para fora e vender prédio em potencial construtivo! (Palmas)

A SRA. DORA – Boa tarde a todos. Sou Dora Lima, da Subprefeitura da Sé. Parabéns aos Vereadores. Mas, em primeiro lugar, desejo fazer um apelo aos 55 Vereadores

desta Câmara. Gostaria muito que os 55 Vereadores contribuíssem com a população nas audiências regionais.

Faço um segundo apelo, no sentido de que, realmente, o orçamento seja regionalizado. Ficará muito mais fácil para a população acompanhar.

Outro desejo: se temos como plano de metas uma Cidade sustentável, a meta 71, 78, 79, 80 e 81. Onde estão localizadas no orçamento? Quero saber se serão cumpridas.

A próxima, também, é a meta 122. São quatro campanhas de Educação Ambiental para coleta seletiva na cidade de São Paulo. Como Educadora Ambiental, digo que estamos vivendo, realmente, um caos da coleta seletiva. No entanto, as metas estão previstas, e o Poder Público parece não estar interessado em cumprí-las. Novamente, sugiro e peço ajuda dos nossos representantes na Câmara, pois os Vereadores têm como função a de fiscalizar o Poder Executivo. Então, sugiro e peço, realmente, que os Vereadores nos ajudem a fazer com que o Executivo cumpra sua função.

Também quero saber onde está determinado o orçamento das obras de infraestrutura, com vistas à Copa do Mundo?

Por último, devo falar que, às vezes, fico imaginando para que existem as leis. Tivemos a primeira emenda no plano de metas na cidade de São Paulo, mas falta pouco tempo, e elas não estão sendo cumpridas.

Então, reforço o pedido: que os Vereadores nos ajudem no que refere ao plano diretor, já que o Executivo não está nem aí. Se não temos planejamento, como posso acompanhar o orçamento?

É isso. (Palmas)

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra o Sr. Jeferson.

O SR. JEFERSON – Meu nome é Jeferson Eduardo Vasconcelos Santos, represento um grupo de aprovados no concurso de Procurador do Município, realizado em 2008. Saudamos a população paulistana, a quem pretendemos servir como funcionários,

representada aqui pelos moradores de diversas regiões da Cidade, além dos representantes do Poder Legislativo, Executivo e dos Movimentos Sociais presentes. Marchamos ombro a ombro com os Movimentos Sociais que defendem a Advocacia Pública.

As carreiras públicas bem estruturadas são peças fundamentais nos Estados Democráticos, cujo império da vontade popular, vertida em lei, exige seu fiel cumprimento. A carreira de Procurador de Município exerce papel chave nesse quadro institucional, pois é treinado e habilitado em interpretar e implementar o quadro normativo existente. Viemos apontar o agudo quadro de carência de pessoal que essa carreira pública sofre hoje. Há 169 cargos vagos e uma carreira com 548 cargos criados por lei e que é responsável por nada menos do que toda a representação judicial e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal. E pior ainda, apesar de a Lei Municipal 13.682/2003, que prevê em cada Subprefeitura um cargo de Assessor Técnico a ser ocupado por Procurador do Município para assessoramento jurídico do órgão, apenas na Subprefeitura Mooca esse quadro encontra-se ocupado. Todas as demais Subprefeituras não dispõem desse recurso fundamental para a consecução de suas atividades diárias, entre elas as licitações para prestação de serviços e utilidades demandadas pela população.

Temos certeza de que o Governo Kassab, que já demonstrou seu veio democrático através de ações como o Portal de Transparência, não negará à população paulistana a recomposição dos quadros da Procuradoria do Município. Solicitamos a nomeação de 30 Procuradores e que eles sejam encaminhados a cada uma das Subprefeituras que carecem dessa mão de obra.

Estamos entregando à mesa um trabalho que documenta esses dados apresentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Secretário para dar as respostas e concluir os trabalhos.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Quanto à PPP da Saúde, a licitação está em curso. Foi adiada para ajustes, ainda no edital, com previsão de, nos próximos dias, ser publicada. Persequimos a meta e a PPP é mais do que a construção dos três hospitais. Engloba também reforma de oito ou nove hospitais e implantação de cinco centros de diagnóstico.

A Sra. Maria do Socorro falou um pouco sobre questões referentes a idosos. Há dotações orçamentárias tanto na Secretaria Municipal de Assistência Social quanto na Secretaria Municipal de Participação e Parcerias. Nas reuniões temáticas, o Sr. Secretário poderá discorrer um pouquinho mais sobre essa política.

Sobre as questões nas periferias, a Virada Cultural realmente é um evento mais central. Há também a Virada Esportiva. Foi provado, no último mês de setembro, que ela é espalhada em toda a cidade, com uma tendência muito forte de ser implantada em regiões mais afastadas.

Em relação à ponte da zona Oeste, na questão da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, estamos resgatando um fato muito importante, pensar a cidade. Quando o Sr. Prefeito Gilberto Kassab criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, colocou nelas um olhar específico de pensar a cidade. Analisando questões de transporte, de meio ambiente e de habitação, elas têm proposto situações e ideias para urbanização e requalificação de áreas na cidade. A região zona Oeste da cidade é circundada por várias propostas de operação urbana. Aliás, a proposta de Operação Urbana Vila Leopoldina, que está num estudo um pouco mais preliminar, vai abranger todos esses casos.

Em relação ao Orçamento – distrital ou não, para 2013 há uma determinação legal de o Orçamento ser regionalizado. Já estamos trabalhando nesse sentido. Nas audiências, temos relatados aos Srs. Vereadores que a Sempla já tem um embrião de trabalho de despesas regionalizadas de investimentos em cada distrito da cidade. Esse é um trabalho

ainda embrionário, mas começa a ganhar força. Não temos ainda, no Orçamento de 2012, essa previsão, mas, com certeza, em 2013, por força legal, terá de haver essa indicação.

Em relação às ações para a Copa de 2014, as ações da Prefeitura não são de investimentos pontuais, investimentos em infraestrutura. Essas ficaram por conta do Estado. Temos um convênio com o Estado. As ações da Prefeitura ficarão com algumas desapropriações na região. Há ações da Secretaria Municipal da Habitação, ao longo do Rio Verde, ao lado do Polo Institucional de Itaquera. É uma ação da Secretaria Municipal da Habitação juntamente com a Secretaria Municipal do Verde. Não há ações específicas de investimentos de obras viárias, quer seja alargamento de avenidas ou pontilhões. Essas ações ficaram por conta do Governo do Estado.

Em relação aos Srs. Procuradores, recentemente, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos solicitou e foram liberados, se não me engano, 19 Procuradores. Realmente, não sei se a locação deles foi para a Subprefeitura, mas isso é uma demanda. A PGM é vinculada à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, que tem a prerrogativa de indicar a locação dos funcionários.

Sobre a valorização do profissional, para o ano que vem, há um considerável aumento com gasto de pessoal, baseado, basicamente, na valorização de várias categorias. Para a Saúde, há projeto de lei que já está nesta Casa, sobre reajuste para o quadro de profissionais da Saúde, com percentual de 11 a 23%. Há o PPD da Saúde. Para a Educação, há o PDE, o reajuste de 10 e 29%, o abono complementar, a reconfiguração da carreira de agente escolar. Para a Guarda Civil Metropolitana, há a gratificação de motorista, o prêmio de desempenho, o reajuste da Guarda em 9,88% e, para os níveis básico e médio, há a gratificação de atividade. Para a Escola Municipal de Educação Artística, há a gratificação de desempenho ou de atividade cultural esportiva.

Assinamos, recentemente, um protocolo de intenções, depois de uma campanha salarial que foi extremamente profissional, com mais de dez reuniões com os sindicatos.

Inclusive, houve uma reunião com a presença do Sr. Prefeito. No protocolo, indicamos quatro grandes categorias de estudo para análise das carreiras para o início de 2012. Há as carreiras de Agentes Vístores, de Contabilistas, de Economistas, de Administradores Estatísticos e a de Engenheiros e os níveis Médio e Básico. Deveremos apresentar ao Sindicato, no começo do ano que vem, o resultado desses quatro estudos para essas carreiras. Isso mostra a preocupação com a valorização do profissional que move a máquina e é responsável por um gasto de quase 10 bilhões de reais do nosso orçamento para o ano de 2012. Inclusive, há um grupo de trabalho para a revisão salarial.

Quanto ao o Plano de Metas, várias ações foram citadas, por exemplo, a 71, de conclusão de obras das bacias dos Córregos Paraguai e das Éguas, ao lado daquela baixada, embaixo da Ascendino Reis. O projeto já está concluído, com licitação prevista pela Siurb para 2012.

Há outras ações na área ambiental, principalmente de ecopontos e centrais de ecopontos, previstas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Serviços e recursos também do PAC 1.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário e Srs. Vereadores, impreterivelmente, somos obrigados a cumprir o Regimento Interno. Precisamente, às 15h, por força regimental, sou obrigado a encerrar a presente audiência pública. Agradeço a presença dos Srs. Secretários, dos demais membros do Executivo, dos Srs. Vereadores e dos senhores presentes.

A pauta dessa audiência pública encontra-se no *site* da Câmara Municipal, convidando as pessoas para as próximas audiências públicas.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.